

JUSTIÇA CIDADANIA &

O país quer
mudanças feitas!

Min. Mauricio Corrêa

A MAGISTRATURA NÃO ESTARÁ DESAMPARADA

Editorial: Pingo nos i...i...i !

O PAÍS QUER MUDANÇAS JÁ!

Trechos do discurso do Presidente da OAB, Dr. Rubens Approbato Machado na posse do Presidente do Supremo Tribunal Federal

"Permitam-me Vossas Excelências, com a magnanimidade e a compreensão de magistrados tão acostumados ao discurso da controvérsia e ao livre embate das idéias, usar o espaço concedido, neste solene momento, à Advocacia brasileira, para expressar linhas gerais do pensamento da Ordem a respeito do país, no entendimento de que o Poder Judiciário será a instância a que recorrerão os demais Poderes e a sociedade, como um todo, nos conflitos que, seguramente, haverá de se formar ante os inevitáveis e democráticos debates sobre as reformas em curso no Parlamento Nacional.

Começemos por uma louvação ao estilo da nova administração governamental. É saudável o chamamento da sociedade para colaborar com a gestão, fato que se dá por meio da criação e operação dos Conselhos. Entendemos essa nova prática como um estímulo à democracia participativa, um sonho de todas as Nações que desejam aperfeiçoar as esferas de debate e expressão.

A pequena pontuação a que somos obrigados a fazer se refere à necessidade de se restringir as atividades dos Conselhos ao campo das funções consultivas aos cidadãos e

grupos sociais convidados a participar dos fóruns nacionais de discussão. Faço esta ênfase pela lembrança de que somos freqüentemente levados, em nosso país, a cultivar a prática de invasão de competências. Seria danoso se esses meios pudessem ser entendidos como forma de co-gestão nas atividades parlamentares.

São saudáveis as iniciativas que primam pelo desejo de promover a inserção social dos contingentes marginalizados, a partir da assistência aos mais carentes, aos famintos. A nossa preocupação, na esteira de um sentimento geral, é a de que políticas públicas para incremento das ações sociais não sejam nem de leve toques cosméticos para melhorar imagem nem eventos que pequem pela improvisada tempestividade. Somos levados a acreditar que esforços extraordinários estão sendo desenvolvidos para garantir permanência e solidez aos primeiros programas em implantação.

No plano mais geral dos grandes desafios, a nossa mais profunda convicção é a de que o país tem claramente definidas as suas alternativas: ou avança no caminho preconizado pelas reformas ou fica onde está, inerte, sofrendo, em consequência, sérias ameaças de um retro-

cesso institucional. A hipótese está amparada na idéia amplamente debatida e difundida de que o país esgotou seus instrumentos de permanência em uma situação que, se lhe confere certa estabilidade circunstancial, particularmente no campo macro-econômico, lhe tira as condições de avançar no rumo do progresso, com sustentação social.

É fato que o novo governo, dentro de uma estratégia de preservar e até aumentar a confiança no país, com vistas à expansão dos fluxos de capitais internacionais, mantém rígidos controles sobre a moeda.

Mas também é verdade que essa política onera intensamente a estrutura social do país, na medida em que suga ou diminui recursos para investimentos nos serviços públicos, a partir da saúde, do saneamento básico, dos programas estruturais voltados para a atenuação das desigualdades sociais e para a inserção de milhões de brasileiros, em estado de pobreza, nos espaços do consumo.

É fato que o governo não tem como criar, no curto prazo, políticas avançadas, capazes de conferir a aura mudancista que lhe garantiu a extraordinária vitória eleitoral.

É fato que o país elegeu um presidente que prometeu substantivar



uma democracia esvaziada de conteúdo social.

É fato que o povo votou na esperança de ter uma democracia capaz de influir na distribuição da riqueza, a fim de passar uma borracha na pérfida equação das crônicas desigualdades existentes.

O país quer mudanças, já. Não é mais possível constatar que 25 milhões de crianças brasileiras vivem em famílias cuja renda *per capita* está abaixo da linha da pobreza. Ou que 6,3 milhões de crianças estejam fora da escola. Ou que 41% dos brasileiros não terminem o ensino fundamental, enquanto 73% dos estudantes, acima de 18 anos, não concluem o ensino médio. E que os brasileiros sejam os campeões de repetência na América Latina. Não é mais possível convivemos com essa pérfida radiografia de carências.

A esperança que continua acesa

no coração dos brasileiros, é de que à nova administração deva ser dado um tempo para alterar a rota, fazendo os necessários ajustes para adensar os programas sociais e diminuir a carga de pressões que pesa sobre os ombros das classes menos favorecidas.

O povo tem pressa! E a pressa do povo não olha para as circunstâncias!

O desemprego está beirando, nas principais regiões metropolitanas do país, a casa dos 20% da População Economicamente Ativa. Atormentam-nos perguntas e perguntas, às quais se esperam rápidas respostas: Quando o país começará a ver, novamente, a abertura de postos de trabalho? Quando a economia ganhará reativação, para se recolocar o parque produtivo nos trilhos?

E quando o país poderá ter os setores produtivos com sua infraestrutura física plenamente ocupada

com a produção?

Além dos problemas expostos, há outras questões preocupantes, que desordenam e desestabilizam as instituições, gerando insegurança à sociedade.

A violência grassa em todos os espaços nacionais, a partir dos territórios ocupados pelo crime organizado. Quem ainda não se deu conta de que a criminalidade está arrombando as portas do Brasil, sob as mais diversas formas, na esteira da rapinagem que ainda assola vários níveis da administração pública, do contrabando e tráfico de drogas e de armas, do tráfico de crianças e mulheres, do roubo de cargas, da prostituição juvenil, do trabalho escravo? Quem ainda não se deu conta de que, por longos anos, as políticas públicas para a segurança se apresentaram como arremedos mal feitos, intenções mal alinhavadas, gestos inócuos e atitudes beirando

à demagogia?

Urge passar a limpo os corredores dos aparelhos policiais, promovendo-se uma reforma em profundidade em seus corpos, por meio de políticas capazes de recriar os eixos da segurança, que abranjam quadros preparados e qualificados, estruturas aparelhadas, investimentos em inteligência, integração das ações de polícia preventiva e ostensiva, redimensionamento da rede carcerária, com uma nova Lei de Execuções Penais, que atenda aos interesses sociais e promova, efetivamente, a recuperação e a dignidade dos seres humanos.

É óbvio que esse conjunto de ações não é suficiente para resolver o problema da criminalidade. Serão, porém, fortes atenuantes para a segurança social, até que políticas estruturais sejam implantadas para combater as causas mais profundas da violência, as suas raízes, a partir das desigualdades sociais, passando pelo sistema educacional, a saúde pública, o desemprego, a reestruturação familiar.

Tememos, ainda, que a unidade federativa seja comprometida pelas desigualdades e disparidades entre os Estados, acirradas por eventuais disposições e medidas impostas pelas reformas previdenciária e tributária, cujo escopo normativo poderá incorrer em injustiças no plano das considerações sobre peculiaridades como Estados produtores, consumidores e exportadores, características das micro-economias regionais e aspectos geográficos e ambientais, além de abrir precedentes no campo perigoso de violação de direitos fundamentais. As reformas não podem violar as conquistas da cidadania ativa e nem violar os direitos sofridamente adquiridos.

Não podemos deixar de dar ênfase, dentro do ideário da Cidadania, que a Ordem dos Advogados do Brasil preza, prega e luta em prol dos direitos garantidos pela Carta Magna.

Reformas são necessárias ao desenvolvimento do país.

Reformas são urgentes para preservar o futuro imediato da aposentadoria, garantindo recursos para pagamento de inativos e pensões, sem onerá-los, defendendo os denominados beneficiários, dentre eles os servidores públicos, a quem se jogam todas as culpas pelas ineficientes e crônicas políticas nesse setor essencial à preservação da dignidade humana.

Reformas são necessárias para fazer o Brasil resgatar o potencial da produção nacional, aumentar os postos de trabalho, diminuir as distâncias entre pobres e ricos.

Reformas, enfim, são imprescindíveis para a melhoria geral da sociedade, para a solidez das estruturas do Estado e atendimento aos compromissos internacionais do Brasil e sua inserção na macroeconomia mundial.

Repito: Uma condição se faz essencial. As reformas, de quaisquer dimensões, em quaisquer setores, não de preservar os direitos inalienáveis da Cidadania. As reformas não de preservar o Estado Democrático de Direito. Ou seja, as reformas devem ser feitas sob o império da Lei e da Ordem, do Direito e da Justiça. Sem essa condição, fenecerá qualquer ambição de grandeza, pois não se constrói grandeza sobre o pântano da desordem e abrindo fendas de ilegalidade.

As reformas devem ser discutidas com a sociedade brasileira sem imposições prévias que impeçam a democrática mudança decorrente desses debates.

Reformas sem debates ou inalteráveis não são reformas, são imposições, que uma sociedade efetivamente democrática não aceita.

Nessa moldura se insere a reforma do Poder Judiciário, o qual deve ser forte, respeitado, ágil, eficiente, gerador da paz social.

E, nesse momento, se torna imperativa a menção a uma reforma que gera muito eco nesta Casa: a reforma do Judiciário. As posições da Ordem já foram amplamente divulgadas e são suficientemente conhecidas. Vou poupar-lhes o tempo, deixando de pormenorizar

os aspectos que mereceram nossa atenção.

Apenas permaneço nas ênfases.

A reforma do Judiciário se faz necessária por se tratar da chave-mestra que abrirá o caminho para a tão ansiada meta nacional: justiça mais célere e mais aberta a todos.

Com todo respeito que merece esse grande magistrado, que é o presidente Marco Aurélio de Mello, ao qual dedicarei, um pouco mais adiante, as homenagens da Ordem, e outros dignos seguidores de seu pensamento, não posso deixar de enfatizar, mais uma vez, neste Templo sagrado da Justiça, que a OAB entende ser rigorosamente necessário o denominado "controle externo do judiciário", não para usurpar as funções dos Tribunais de Contas e nem para se constituir em um órgão revisor das decisões judiciais. O objetivo desse controle está focado em seus planos funcional e administrativo. Há de se abrir o Judiciário para expor as causas de determinados fatos negativos, ainda que tópicos e ocasionais, como a negligência de certos juízes - que não julgam - ou o fazem retardando as soluções das demandas, refratários a cumprimento de prazos. O controle é necessário para se punir desvios éticos, sem que se possa atribuir aos seus membros a pecha de solidariedade corporativa. A Ordem prega a transparência, a celeridade nos julgamentos, bases para se alcançar a tão almejada paz social. O Poder Judiciário é, inquestionavelmente, o sustentáculo da Cidadania, da Liberdade, do Estado Democrático de Direito, não podendo estar sob qualquer suspeita em relação às suas relevantes atividades funcionais. A defesa intransigente do Judiciário é que leva a OAB a defender o seu controle externo.

A OAB, a mostrar que defende o direito ao contraditório, se põe à disposição desta Augusta Corte e de seus novos e excelsos dirigentes, para um debate aberto, a fim de chegarmos a um consenso em torno da reforma tão esperada."